

**INCLUSÃO DIGITAL DE DEPENDENTES QUÍMICOS EM TRATAMENTO:  
UMA AÇÃO A SERVIÇO DA INCLUSÃO SOCIAL  
E DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

**Maria José Alves da Silva – UEPB/IFPB**

majucg@ig.com.br

**Rafael da Silva Abreu – PPGH/UFCC**

abreurs@live.com

**Denismark Soares Abrantes – IFPB**

denismarkdenis@hotmail.com

**RESUMO**

Este artigo discorre sobre um projeto de inclusão digital que está sendo realizado na ONG “Casa de Recuperação Resgatando Vidas”, por meio de uma parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cajazeiras e tem como objetivo promover a inclusão social e a empregabilidade de dependentes químicos em tratamento, através da inclusão digital. Baseia-se nos estudos de Antunes (2001), Becker (2009), Castells (1999), Lewin (1946), Marshall (1967), Moreira (2006), Morin (2001), Pereira (2001), Santos (1979), Silveira (2001), Sudbrack (2013), Tapia (2005) e Van Acker, Rabia e Passareli (2009). Como metodologia, escolhemos a pesquisa-ação. O trabalho foi realizado em três etapas: pesquisa e elaboração do material didático do curso; realização do curso; levantamento de dados sobre os impactos do curso na vida dos alunos. Os sujeitos deste estudo são internos que se encontram em tratamento na ONG supracitada, que demonstram interesse em participar do curso. Como resultados, vimos que o projeto é visto pelos internos como um caminho para melhorar de vida, aumentando seu potencial de empregabilidade, o que é oportuno para aqueles que se encontram à margem dos processos sociais. Concluímos que promover cursos de inclusão digital como apoio no processo de recuperação de dependentes químicos e construção da cidadania pode ser um caminho possível para a transformação histórico-social e para a inclusão social desses indivíduos marginalizados socialmente.

**Palavras-chave:** Inclusão Digital. Dependentes Químicos. Inclusão Social. Cidadania.

## ABSTRACT

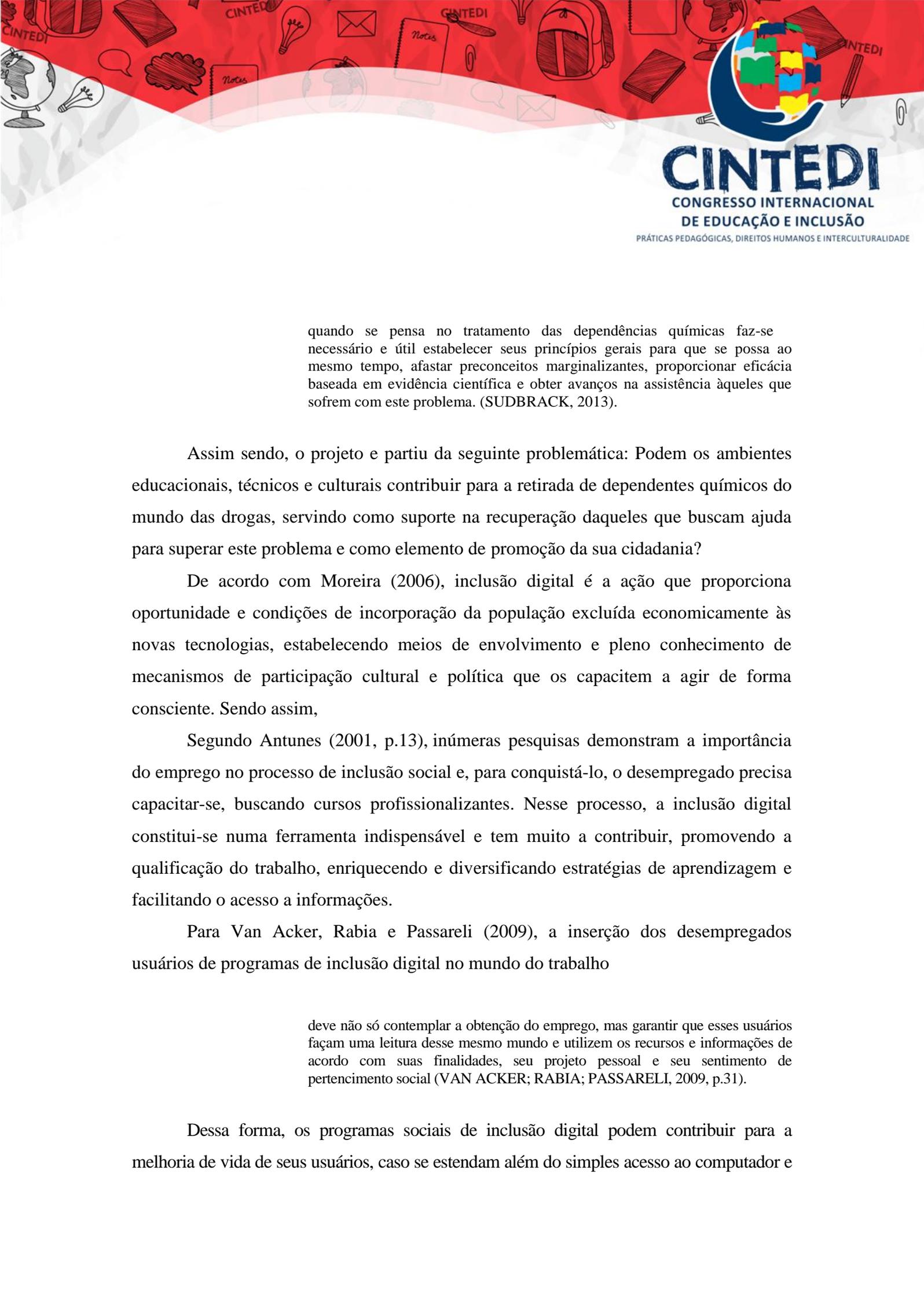
This article discourses on a project of digital inclusion that it is being accomplished in NGO "House of Recovery Rescuing Lives", through a partnership with the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba - Campus Cajazeiras and that has as objective promotes the social inclusion and the employability of chemical dependents in treatment, through the digital inclusion. Has base on studies of Antunes (2001), Becker (2009), Castells (1999), Lewin (1946), Marshall (1967), Moreira (2006), Morin (2001), Pereira (2001), Santos (1979), Silveira (2001), Sudbrack (2013), Tapia (2005) and Van Acker, Rabia and Passareli (2009). As methodology, we chose the research-action. The work was accomplished in three stages: research and elaboration of the didactic material of the course; accomplishment of the course; survey of data on the impacts of the course in the life of the students. The subjects of this study are internal that are in treatment in the above-mentioned NGO, that demonstrate interest in participating in the course. As results, we saw that the project is seen by the interns as a way to get a better life, increasing your employability potential, what is opportune for those that are at the margin of the social processes. We concluded that to promote courses of digital inclusion as support in the process of recovery of chemical dependents and construction of the citizenship can be a possible way for the historical-social transformation and for social inclusion of the socially marginalized ones.

**Key words:** Digital Inclusion. Chemical Dependents. Social Inclusion. Citizenship.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o Projeto “Inclusão Digital de Dependentes Químicos em Tratamento”, desenvolvido com o apoio da Coordenação de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Campus Cajazeiras e a parceria da “Casa de Recuperação Resgatando Vidas”, ONG localizada na cidade de Sousa, no sertão paraibano e que se dedica à recuperação de dependentes químicos.

O projeto nasceu da consciência de que é preciso implementar políticas que estimulem a inclusão social do dependente químico, marginalizado e considerado perigoso e improdutivo pela nossa sociedade, visto que



# CINTEDI

## CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, DIREITOS HUMANOS E INTERCULTURALIDADE

quando se pensa no tratamento das dependências químicas faz-se necessário e útil estabelecer seus princípios gerais para que se possa ao mesmo tempo, afastar preconceitos marginalizantes, proporcionar eficácia baseada em evidência científica e obter avanços na assistência àqueles que sofrem com este problema. (SUDBRACK, 2013).

Assim sendo, o projeto e partiu da seguinte problemática: Podem os ambientes educacionais, técnicos e culturais contribuir para a retirada de dependentes químicos do mundo das drogas, servindo como suporte na recuperação daqueles que buscam ajuda para superar este problema e como elemento de promoção da sua cidadania?

De acordo com Moreira (2006), inclusão digital é a ação que proporciona oportunidade e condições de incorporação da população excluída economicamente às novas tecnologias, estabelecendo meios de envolvimento e pleno conhecimento de mecanismos de participação cultural e política que os capacitem a agir de forma consciente. Sendo assim,

Segundo Antunes (2001, p.13), inúmeras pesquisas demonstram a importância do emprego no processo de inclusão social e, para conquistá-lo, o desempregado precisa capacitar-se, buscando cursos profissionalizantes. Nesse processo, a inclusão digital constitui-se numa ferramenta indispensável e tem muito a contribuir, promovendo a qualificação do trabalho, enriquecendo e diversificando estratégias de aprendizagem e facilitando o acesso a informações.

Para Van Acker, Rabia e Passareli (2009), a inserção dos desempregados usuários de programas de inclusão digital no mundo do trabalho

deve não só contemplar a obtenção do emprego, mas garantir que esses usuários façam uma leitura desse mesmo mundo e utilizem os recursos e informações de acordo com suas finalidades, seu projeto pessoal e seu sentimento de pertencimento social (VAN ACKER; RABIA; PASSARELI, 2009, p.31).

Dessa forma, os programas sociais de inclusão digital podem contribuir para a melhoria de vida de seus usuários, caso se estendam além do simples acesso ao computador e



à internet, propiciando transformações e conquistas no espaço social e provocando uma redução da distância entre os desiguais:

O que interessa é que haja um enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e insegurança, uma igualação entre os mais e menos favorecidos em todos os níveis – entre o sadio e o doente, o empregado e o desempregado, o velho e o ativo, o solteiro e o pai de uma família grande. A igualação não se refere tanto a classes quanto a indivíduos componentes de uma população que é considerada, para esta finalidade, como se fosse uma classe. A igualdade de status é mais importante do que a igualdade de renda (MARSHALL, 1967, p. 94-95).

Partindo desses pressupostos, as atividades desenvolvidas pelo Projeto “Inclusão Digital de Dependentes Químicos em Tratamento”, buscam mostrar que os dependentes químicos têm condições para produzir intelectualmente e dominar recursos tecnológicos, bem como para a mudança de concepções e o desenvolvimento de funções intelectuais superiores.

De acordo com Tapia (2005), dependentes químicos, conscientes de seu potencial para a aprendizagem e de sua co-responsabilidade com o próprio desenvolvimento, ao dominarem as rotinas de uso de ferramentas informatizadas, tornam-se impulsionados por metas motivacionais para a aprendizagem, pelo reconhecimento e valorização na família e na sociedade e pelo auto-reconhecimento e a autovalorização.

Diante disto, este projeto tem como objetivo promover a inclusão digital de dependentes químicos em tratamento, para que estes possam melhorar sua autoestima; obter conhecimentos básicos que os habilitem a pleitear vagas em um mercado de trabalho que exige o domínio de conhecimentos em informática; renovar seus vínculos com a sociedade; descobrir as próprias potencialidades, incluir expectativas de um futuro com melhor qualidade de vida, pelo sentimento de integração na sociedade como cidadão produtivo; e instrumentalizarem-se para o exercício da cidadania.

De acordo com Santos (1979), são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. Sendo assim, as possibilidades da solução tecnológica,



reforçam a ideia de redução da desigualdade, dentro do modo de produção capitalista, por meio da inclusão digital, que pode equilibrar a desigualdade de *status* de cidadania, criando oportunidades de acesso a serviços e direitos.

A inclusão digital viria, então, compensar essa desigualdade de *status* de cidadania com uma “igualdade de oportunidades” em relação à informação, à qualificação para um melhor posicionamento no mercado de trabalho, à busca de conhecimentos para a ação em defesa dos próprios direitos, à comunicação e expressão etc. (BECKER, 2009, p. 14).

## 2 METODOLOGIA

Com base nos princípios da dialógica de Morin (2001), as ações de ensino e de pesquisa nos cursos de inclusão digital contemplam a interação entre os movimentos metodológicos apresentados a seguir e que, implicitamente, integram os movimentos de recursividade que dinamizam a estratégia proposta.

O método dialógico pressupõe desenvolvimento da habilidade para articular/desarticular/associar ideias entre si, leitura inteligível da realidade e concepção de sujeito que, ao mesmo tempo, é indivíduo autônomo/dependente, portador de uma identidade planetária e ator coadjuvante na construção do imaginário coletivo de uma mesma comunidade de destino (MORIN, 2001).

Baseado nesses pressupostos, o Projeto “Inclusão Digital de Dependentes Químicos em Tratamento”, em quase um ano de funcionamento, tem promovido a inclusão digital de dependentes químicos em tratamento, numa concepção de inclusão digital como meio para a reconstrução do conhecimento, a autovalorização, valorização social, a empregabilidade e o exercício da cidadania.

Como metodologia de trabalho, escolhemos a pesquisa-ação, termo este que foi utilizado primeiramente por Lewin (1946) e que faz referência a uma forma de pesquisa



onde o objetivo pode ser analisado por dentro e ao mesmo tempo da ação, possibilitando uma ação social com os objetos da mesma, sem esquecer da importância da validade científica dos seus resultados.

Lewin (1946) concebe a pesquisa-ação como um posicionamento realista da ação, sempre seguida por uma reflexão autocrítica e objetiva e uma avaliação dos resultados. *Além da contribuição social, o trabalho de Lewin sobre pesquisa-ação foi considerado inovador por seu caráter participativo e democrático, já que a pesquisa se desenvolve com a participação dos sujeitos estudados* (PEREIRA, 2001).

Este projeto foi dividido em três etapas. A primeira foi de pesquisa e elaboração do material didático do curso. A segunda consistiu na realização efetiva do curso de informática básica, que foi realizado com o auxílio de aulas expositivas, exercícios práticos, discussões em grupo, leitura dirigida, com a utilização de recursos audiovisuais, como projetor multimídia, computador com internet e material didático. Para isso, foi utilizado do laboratório de informática da ONG “Casa de Recuperação Resgatando Vidas”, localizada na cidade de Sousa, no sertão paraibano.

Na última etapa, foi realizado um levantamento de dados sobre os pontos positivos e negativos no processo (com o objetivo de promover melhorias no processo de ensino e aprendizagem) e sobre os impactos do curso na vida de cada aluno. O tempo previsto para a ministração do curso é igual ao tempo de internação dos alunos.

Os sujeitos deste estudo são internos que se encontram em tratamento contra dependência química na ONG supracitada, que é uma instituição que abriga pessoas do sexo masculino, que demonstram interesse em participar do programa de recuperação da dependência de substâncias psicoativas.

São sujeitos provenientes dos estratos mais baixos da sociedade, com faixa etária variando entre 22 e 53 anos, um longo histórico de dependência (visto que a maioria deles começou a usar drogas ainda no início da adolescência), baixo nível de escolaridade e que não tiveram acesso ao mundo digital anteriormente.



Segundo Sudbrack (2013), um dos primeiros passos para o processo de reinserção social é evitar o isolamento do dependente químico, visto que

é uma ilusão achar que só a internação vai resolver o problema. Na verdade, a desintoxicação é só uma parte do tratamento, pois o mais importante é a reinserção social. É importante que o dependente saiba com quem pode contar.

Nas oficinas de inclusão digital, os internos aprendem conhecimentos básicos em informática, que incluem, dentre outros, a parte física do computador (hardware), instalação de programas (softwares), acesso à internet, Microsoft Word, etc. Também aprendem a utilizar o correio eletrônico.

As aulas constam de duas partes: teóricas e práticas e têm a duração de 3 horas diárias, duas vezes por semana. Internos com excelente desempenho passam a colaborar como tutores, transformando-se em aprendentes/ensinantes.

### **3 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Durante todo o processo, os alunos têm demonstrado muito interesse pelas aulas. A permanência nas aulas decorre da necessidade de valorização da auto-realização e do reconhecimento social, visto que a tecnologia lhes dá a oportunidade de usufruir da educação continuada e à distância, proporcionando estimulação mental e bem-estar, colocando-os em contato com parentes e amigos, reduzindo seu isolamento e auxiliando na reconstrução de suas identidades.

Os resultados indicam mudanças na sua autoestima. Constatou-se que os alunos procuram ampliar seu círculo de amizades através das redes sociais e que as informações que eles buscam e pesquisam são sobre atividades que possam gerar renda e sobre oportunidades de realizarem cursos *on line*.

Seus depoimentos referem-se sobre como a internet ajuda no seu dia a dia e nos relacionamentos pessoais, através das redes sociais e como estimula o aumento da



confiança na própria capacidade e a consciência de estarem mais preparados para enfrentar a concorrência do mercado de trabalho.

Assim sendo, o projeto de inclusão digital tem colaborado para promover a possibilidade de uma melhor qualidade de vida e a crença na empregabilidade, uma vez que é visto pelos internos como uma oportunidade que favorece o desenvolvimento de habilidades técnicas que o mercado de trabalho exige, fato que aumenta seu potencial de empregabilidade, o que é altamente desejável para aqueles que se encontram marginalizados socialmente.

Esses resultados vão na mesma direção de resultados apresentados por Becker (2009, p. 37), que menciona que, em vários relatos de pesquisas realizadas sobre inclusão digital e cidadania, o que mais se visualiza é a necessidade de mudar de vida, melhorando a sua qualidade.

#### **4 CONCLUSÃO**

Com a realização deste trabalho, percebeu-se que o projeto “Inclusão Digital de Dependentes Químicos em Tratamento”, além de promover a inclusão digital, qualificando os alunos para o mercado de trabalho, cria também um espaço de socialização de experiências de vida e saberes capazes de desenvolver uma consciência crítica da própria condição na qual se encontram os sujeitos deste estudo.

Segundo Castells (1999), somos cada vez mais tecno-dependentes. Sendo assim, o domínio da tecnologia torna-se vital e dita as possibilidades de desenvolvimento e de inclusão social, visto que as funções e processos principais da era informacional estão sendo cada vez mais organizados em rede e através da internet.

Desse modo, vê-se que os programas sociais de inclusão digital constituem-se importantes espaços de socialização e construção da cidadania, mesmo que, paralelo a esse processo, seja também praticada uma educação tecnicista que atende aos interesses



do mercado de trabalho. Assim, torna-se de extrema importância o entendimento do processo de construção da cidadania plena e a sua relação com os programas de inclusão digital praticados no Brasil, para se reduzir os problemas sociais relativos à marginalização e à pobreza.

Dessa forma, faz-se necessário discutir sobre a inclusão digital nos diversos espaços de debate, como possibilidade de exercício da cidadania, reduzindo a desigualdade como administração ao problema social até que se conquistem transformações estruturais no modo de produção capitalista, resultando numa cidadania plena, sem esquecer da necessidade de resolver, *a priori*, o problema do acesso de todos à rede de computadores, propiciando acesso a outros direitos como a educação e o emprego.

Concluindo, pode-se afirmar que a educação é um direito capaz de promover as condições necessárias para que se possa lutar em pé de igualdade, por uma sociedade mais justa. Para tanto, cursos de inclusão digital, como apoio no processo de recuperação de dependentes químicos, promoção de direitos e construção da sua cidadania, podem ser um caminho possível para a transformação histórico-social e para a inclusão desses indivíduos marginalizados socialmente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

BECKER, M. L. **Inclusão digital e cidadania**: as possibilidades e as ilusões da solução tecnológica. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LEWIN, K. In: PEREIRA, E.M. A. Professor como pesquisador: o enfoque da pesquisa-ação na prática docente. In: GERALDI, C.M.G., FIORENTINI, D. e PEREIRA, E.M.A. In: **Cartografias do trabalho docente** – professor(a)-pesquisador(a). Coleção Leituras no Brasil. Ed. Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, Campinas, SP, 153 – 181, 2001.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MOREIRA, I. de C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. In: **Revista Inclusão Social**. Brasília: IBICT, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/29/50>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MORIN, E. **O método 2: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PEREIRA, E.M. A. Professor como pesquisador: o enfoque da pesquisa-ação na prática docente. In: GERALDI, C.M.G., FIORENTINI, D. e PEREIRA, E.M.A. In: **Cartografias do trabalho docente – professor(a)-pesquisador(a)**, 2ª ed. Coleção Leituras no Brasil. Ed. Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, Campinas, SP, 153 – 181, 2001.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVEIRA, S. A. **Exclusão digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

SUDBRACK, M. de F. In: **Observatório brasileiro de informações sobre drogas – OBID**. Disponível em: <[www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id\\_conteudo=11416&rastr o=tratamento%2FDependência+Química/Definição](http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11416&rastr o=tratamento%2FDependência+Química/Definição)> 2007. Acesso em: 15 out. 2014.

VAN ACKER, M. T. V., RABIA, S.; PASSARELI, B. **Inclusão digital e empregabilidade**. São Paulo: SENAC, 2009.